

O documento com a proposta de governo apresentado em São Paulo pela candidatura Carolina Vigliar e Rafaela Carvalho é derivado do debate em torno do programa nacional do partido Unidade Popular, apresentado pela candidatura à presidência da República de Leonardo Péricles e Samara Martins e aprovado no acúmulo de seus dois congressos nacionais (2019 e 2021).

Isso significa que traz o acúmulo da experiência do socialismo em diversos países ao longo do século XX e das soluções aplicadas na resistência social do povo trabalhador brasileiro nas diversas etapas da sociedade de classes que se instaurou a 522 anos, passando por 400 anos de escravidão (indígena e negra) ao atual regime de trabalho assalariado.

Para maior aprofundamento de nossa análise sobre a formação econômica, política e social do Brasil acesse e adquira o texto completo da Resolução Política e Programa entrando em contato pelo site unidadepopular.org.br.

Reforçamos que as diretrizes aqui expostas devem ser aplicadas sobre o critério da prática social, com permanente acúmulo e adaptação às condições vigentes da luta da classe trabalhadora contra a elite econômica dominante e frente ao desenvolvimento produtivo e tecnológico vivido pela sociedade Brasileira.

Devemos aprender com a experiência e assimilar soluções que fortaleçam o programa socialista de nosso partido, neste sentido nosso povo é parte da caminhada e construção permanente de nossas propostas.

PROCESSO ELEITORAL MARCADO PELA LUTA CONTRA O GOLPISMO FASCISTA E EXPLORAÇÃO DO POVO.

O Brasil de 2022 tem a marca dos resultados da profunda crise econômica e social que se estende desde 2013, ano de início da expressão maior dos efeitos da crise internacional do Capitalismo de 2008. Também contribuíram para piora da vida da população o conjunto de Reformas antipovo aplicadas após o golpe institucional de 2016, são elas: Reforma trabalhista, lei de Teto dos Gastos, Terceirização Irrestrita (Temer) e Reforma da Previdência (Bolsonaro).

Levantamento da Fundação Getúlio Vargas constata que chegamos ao patamar de 63 milhões de brasileiros vivendo com R\$ 500 mês, no país os 10% mais ricos detém 80% do patrimônio privado. Em contrapartida, a metade mais pobre tem 1% da riqueza (dados do Relatório Oxfam “Terra, Poder e

Desigualdade na América Latina). O país campeão em produção de alimentos deixa 33 milhões de pessoas com fome (Estudo Rede Penssan e Vox Populi).

O povo trabalhador é a imensa maioria do país e 70% de toda esta população vive com menos de dois salários-mínimos ao mês (PNAD IBGE 2019). Aproximadamente 30 milhões de brasileiros possuem carteira assinada, enquanto 38 milhões atuam na informalidade como autônomos, ou em condições precárias como a imensa massa de trabalhadores de aplicativos. O país passou por um intenso processo de desindustrialização e reprimarização da economia, fruto do processo de entrega do patrimônio das estatais e privatização das reservas petrolíferas e parques petroquímicos. Os setores extrativistas na mineração ou agronegócio para exportação, passaram a vigorar como ramos de maior impacto na produção nacional frente à indústria de transformação.

Tudo isso com o patamar de total domínio do Capital Financeiro sobre a economia e Estado Brasileiros. Grandes Bancos como Itaú, Santander e Safra, atingem lucros recordes com controle de diversos setores produtivos, levam mais de 50% do orçamento da união por meio do mecanismo do sistema da dívida pública e mais recentemente com o controle do Banco Central, frente a chamada “autonomia” concedida por Bolsonaro e Paulo Guedes.

Bolsonaro e seus generais traidores, servem para manter a crise nas costas do povo trabalhador

Cinicamente Bolsonaro e o Centrão, após ficarem anos desviando recursos bilionários em orçamentos secretos e cortes de verbas na educação e saúde, além de repasses ilegais para aliados nos ministérios, decidem ampliar o período e alcance do auxílio Brasil até dezembro, em manobra puramente eleitoreira. Importante lembrar que em março de 2020 o governo era contrário ao auxílio emergencial, defendia “abertura total” da economia em meio a pandemia, prática que mesmo mitigada levou ao genocídio de milhares entre as mais de 600 mil mortes por Covid. Se quisessem mesmo garantir dignidade à população deixavam de priorizar a remuneração dos banqueiros com trilhões de Juros e Amortizações da Dívida Pública e tornavam permanente o auxílio.

Os Generais que cercam Bolsonaro em ministérios e cargos de comando em estatais, estão cada dia mais desmoralizados, com salários milionários e nenhuma solução para os problemas do país. Em maio de 2021 em portaria do Ministério da Economia tiveram seus soldos ampliados de R\$ 33 mil para R\$ 66 mil. Depois de 30 anos de redemocratização questionam as urnas, mas nunca promoveram eleições em seus quartéis, ou seja, não sabem nada sobre processos democráticos.

Este setor do alto comando das forças armadas historicamente subserviente aos interesses das multinacionais estrangeiras, em especial dos Estados Unidos, prepara um ataque declarado ao processo eleitoral com a falsa desculpa do questionamento da lisura das urnas eletrônicas.

Escondem que temem uma imensa rejeição popular no pleito de outubro, fato que criaria condições para uma contraofensiva social da classe trabalhadora exigindo seus direitos roubados nas últimas décadas.

Porém, não podemos permitir que este objetivo golpista se efetive, devemos nos mobilizar para derrotar nas ruas e nas urnas as ameaças fascistas. Por isso, as candidaturas da UP à Presidência da República e demais candidaturas majoritárias e proporcionais no restante do país estarão a serviço da mobilização em defesa das liberdades democráticas.

PROGRAMA NACIONAL DA UP QUE DEFENDEREMOS ATRAVÉS DOS NOSSOS GOVERNOS ESTADUAIS: PROPOSTAS EMERGENCIAIS.

1 - Suspensão imediata do pagamento de juros e amortização da dívida pública, seguido de processo público de auditoria. Com esta medida podemos deslocar aproximadamente R\$ 2 Trilhões do orçamento público, que representa $\frac{1}{3}$ do PIB nacional, para medidas em benefício do povo trabalhador. Hoje o sistema da dívida cumpre papel de desviar orçamento público ao grande Capital financeiro privado. (análise em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapar-tida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>)

2 - Criação de frentes emergenciais de trabalho, nos bairros pobres e interiores de todo o país, com obras de infraestrutura em saneamento, manutenção e construção de postos de saúde, moradias populares para geração de milhões de empregos;

3 - Garantia de auxílio emergencial de um salário-mínimo, de forma permanente até completa oferta de emprego para a população.

4 - Referendo revogatório da Lei do Teto de Gastos (Temer 2016), Reforma trabalhista (Temer 2017), Lei da Terceirização Irrestrita (Temer 2017) e Reforma Previdenciária (Bolsonaro 2019).

5 - Convocar o povo a governar criando as condições de uma constituinte popular para aprovar medidas que coloquem o povo trabalhador com o controle da riqueza social do país. A prioridade deste processo é dar poder sobre o Estado aos assalariados, desempregados, camponeses,

indígenas, quilombolas, pequenos comerciantes, autônomos, mulheres, negros, Lgbts e todos os demais explorados do país.

6 - Promover a redução dos altos salários dos cargos políticos legislativos e do executivo (Presidente e Ministros; Governadores e Secretários), bem como dos altos magistrados dos tribunais. Obrigatoriedade de uso de educação e saúde pública para todos os governantes e legisladores. Compreendemos que desta forma será dada melhor atenção a estas áreas que atendem a imensa maioria da população brasileira.

PROPOSTAS ESTRUTURANTES DE GOVERNO RUMO AO CUMPRIMENTO DOS PONTOS DO PROGRAMA DA UNIDADE POPULAR:

1. Controle social de todos os monopólios e consórcios capitalistas e dos meios de produção nos setores estratégicos da economia; planificação da economia para atender às necessidades da população e acabar com as desigualdades regionais e sociais;

- Política econômica (cambial, monetária e fiscal) a serviço da população: utilizar todos os instrumentos de política e gestão econômica para garantir a estabilidade de preços e o poder de compra da população, sobretudo a mais pobre. Promover o direcionamento de produção para atividades que atendam prioritariamente às necessidades básicas da população, exemplos: primeiro garantir a produção de alimentos para o povo, e somente em segundo lugar para a exportação; garantia de auto suficiência na produção e beneficiamento de combustíveis, com retomada das refinarias privatizadas para o controle da Petrobrás sob gerenciamento estatal e popular.

- Encampação pelo Estado de plantas industriais em processo de falência judicial ou fechamento: indicação de plano de utilização e adequação de fábricas de multinacionais e grandes empresas fechadas ou falidas para gerenciamento cooperativo entre trabalhadores e em benefício da população.

- Política Industrial Ativa e Direcionada a Setores Estratégicos: ações conjuntas e articuladas de financiamento, estímulo à contratação e a realização de pesquisa e desenvolvimento e transferência de tecnologia para a integração de certas atividades e pólos industriais às cadeias produtivas de maior valor agregado, tais como energias limpas e renováveis, semicondutores, fármacos e complexo de saúde, software, insumos básicos, produção de veículos e instrumentação e maquinário agro-industrial.

- Estímulo à construção de redes de economia local e solidária: apoio (inclusive com subsídios e linhas de crédito especiais) às

organizações de feiras agroecológicas, de artesanato e de pequenos produtores locais de bens e serviços, de modo a favorecer a cultura de apoio mútuo e descentralizado dentro das comunidades/bairros.

- Garantia de aplicação combinada de todo o orçamento constitucional nas áreas de Educação, Saúde e Seguridade Social: com plano de garantia do livre acesso à educação superior, construção de escolas técnicas, universidades e hospitais integrados, acessíveis nos complexos de favelas e regiões de bairros pobres das cidades.

- Combate às desigualdades sociais por meio da revisão das legislações ultraliberais de controle social: Lei de Segurança Nacional, Lei da Liberdade Econômica, Lei Geral de Proteção de Dados, Lei de Propriedade Industrial, entre outras.

2. Nacionalização do sistema bancário e controle popular do sistema financeiro;

- Sistema bancário sob controle popular: controle estatal e popular do Banco Central, política estatal oficial sobre crédito e controle de taxas e juros (spread) abusivos, através da concorrência direta com os bancos públicos, e com limitação dos valores para os entes privados de crédito (sob responsabilidade do Banco Central). Estímulo à criação de pequenos bancos regionais de caráter público associativo.

3. Fim da espoliação imperialista sobre a economia nacional; estancamento da sangria de nossos recursos para o exterior, pondo fim às remessas de lucros, dividendos, pagamento de royalties e pagamentos da dívida externa; anulação dos acordos e dívidas do Estado com os capitalistas estrangeiros, que foram contraídos contra a soberania e os interesses dos trabalhadores; garantia de total independência econômica do Brasil frente aos países imperialistas, em particular ao imperialismo norte-americano; transferência do comércio exterior para os órgãos do Estado;

4. Reestatização das estatais privatizadas; fim dos leilões do petróleo; revisão das concessões dos portos, aeroportos e estradas brasileiras e paulistas entregues a empresas privadas.

- Constituir monopólio público em áreas estratégicas como geração de energia, produção de água e saneamento telecomunicações, produção de combustíveis, entregas e encomendas interestaduais e internacionais.

5. Garantia de emprego e trabalho obrigatórios para todas as pessoas adultas capazes de trabalhar; proibição da exploração do trabalho infantil;

- Política Nacional e Estadual de Garantia de Emprego: recrutamento direto da força de trabalho desempregada/desocupada/subempregada e atuando na informalidade, para projetos nacionais na área de infraestrutura, saneamento, construção civil (moradias e aparelhos públicos diversos) e abastecimento.
- Fiscalização e combate aos modos de trabalho análogos à escravidão.

6. Reforma agrária popular; nacionalização da terra e fim do monopólio privado da terra;

- Garantia do acesso à terra com crédito abundante para todos que nela trabalhem, no campo (interior) e nas proximidades das grandes cidades, com fomento às pequenas culturas, à agricultura urbana e à agricultura familiar, para o povo produzir e comprar alimento saudável e barato.
- Realizar ações discriminatórias nas terras agricultáveis para regularizar e retirá-las das mãos dos grileiros, entregando-as a cooperativas rurais, formadas por pequenos produtores e trabalhadores sem terra;
- Atualização dos índices agropecuários de produtividade para desapropriação dos latifúndios.
- Universalizar a assistência técnica e extensão rural, capacitação aos agricultores(as) na perspectiva agroecológica, crédito e políticas de comercialização para as famílias assentadas e pequenos proprietários(as) rurais;

7. Anulação dos impostos extorsivos cobrados do povo; imposto sobre as grandes fortunas e progressivo. Quem ganha mais, paga mais;

- Taxação de grandes fortunas e reforma tributária popular; reduzir fortemente a carga de impostos indiretos que atingem a população em geral, criar ou aumentar sobre grandes propriedades, lucros e dividendos e rever a política do imposto sobre circulação de mercadoria - ICMS - que taxa por igual ricos e pobres. Reestruturar, de forma progressiva, as alíquotas de imposto de renda, aumentando a faixa de isenção da maior parte das famílias pobres da imposição do imposto de renda, com elevação do piso, e aumentar a alíquota de

milionários e bilionários. Criar impostos progressivos estaduais com o mesmo objetivo;

8. Estatização de todos os meios de transporte coletivo;

9. Educação pública e gratuita para todos e em todos os níveis; fim do lucro na educação. Garantia de livre acesso do povo à universidade e/ou cursos técnicos profissionalizantes; fim do vestibular, vestibulinho ou qualquer processo seletivo;

- Efetivar um plano nacional e estadual da Escola Básica Integral, *ver texto anexo ao final da Proposta de Governo.
- Lançamento de programa de erradicação do analfabetismo em São Paulo, envolvendo redes e mobilizadores populares ligados aos movimentos sociais e educacionais.
- Garantia de um programa de EJA (Educação de Jovens e Adultos) integrado a Formação Inicial Continuada de trabalhadores, compreendendo o trabalho como princípio educativo.
- Revogação da Lei do Novo Ensino Médio e reformulação do currículo escolar com base na ampliação dos conhecimentos básicos e científicos necessários ao jovem no Ensino Médio.
- Ampliação da destinação de recursos ao FUNDEB, garantindo de imediato a destinação já prevista em lei de mais R\$ 10,2 bilhões relativos ao VAAT.
- Construção de uma rede de acompanhamento do desenvolvimento da educação básica junto à Secretaria Estadual de Educação para estruturar e implementar, em São Paulo, o sistema nacional de educação.
- Política Nacional e Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia: ampliar a rede de escolas públicas de ensino fundamental, médio, técnico e superior, em especial nas periferias das grandes cidades e no interior de São Paulo.
- Ampliar as instituições de pesquisa e integrá-las aos programas de pós-graduação. Ampliar o número de bolsas de pesquisa nos cursos de graduação, pós-graduação das Universidades Estaduais e aprofundar os convênios para bolsas no exterior nos países centrais, nos vizinhos latino-americanos e nos países do leste global.
- Investir em ciência e tecnologia com vistas a fortalecer a soberania econômica de São Paulo, criando mecanismos de maior participação e controle popular na agenda de pesquisa e nos seus resultados.

- Garantir aquisições de tecnologias relevantes vindas do exterior, promovendo a real transferência de conhecimentos, para diminuir a dependência em setores da fronteira tecnológica e reduzir os pagamentos externos a título de royalties.

10. Democratização dos meios de comunicação, com a implementação de grandes canais de televisão estaduais, jornais e rádios estatais e comunitários; garantia a todos os cidadãos de acesso aos meios de comunicação;

11. Ampla liberdade de expressão e organização para os trabalhadores e o povo;

- Aplicação de um amplo processo de democratização popular da Estrutura de Estado. Construindo mecanismos efetivos de democracia direta e participativa, criar os Conselhos Populares regionais e para as áreas de Estado, com poder orçamentário. Realizar plebiscitos, referendos e consultas públicas, sem intervenção do poder do grande capital.

12. Justiça: juízes e tribunais eleitos pelo povo;

- Debater a reforma do Sistema de Justiça e do Sistema Penitenciário: promover a democratização dos tribunais debatendo a ampliação de cotas para os cargos do Poder Judiciário; grande esforço de revisão das penas da população carcerária; avaliação das estruturas físicas e da gestão dos presídios, com fins de buscar a recuperação social e garantir dignidade para as pessoas presas.

13. Fim da discriminação das mulheres; direitos iguais; fim do racismo e da discriminação dos negros; firme combate à exploração sexual de mulheres e crianças; pela descriminalização e legalização do aborto; lutar contra todas as manifestações lgbtfóbicas; firme punição aos infratores.

- Desenvolver a política de Reforma Agrária e Reforma Urbana sob a ótica de reparação da população negra.
- Política de reparação histórica e cultural, alterando nome de ruas, monumentos que cultuam figuras de escravistas, ditadores e genocidas. No seu lugar devemos levantar nomes de heróis explorados e oprimidos.

- Programa de ampliação das vagas nos setores públicos para população negra, garantia de ensino de história da cultura afro-brasileira, combate a violência de Estado.
- Recuperação e fortalecimento das ações de reconhecimento e apoio aos territórios quilombolas.
- Garantia de políticas de combate à violência contra a mulher, construção de rede estadual casas abrigo
- Combate às diferenças salariais.
- Promover o debate sobre a política de planejamento familiar desde a perspectiva e a necessidade da mulher. Valorização e garantia de direitos às mulheres que se dedicam ao trabalho doméstico.
- Compreender o cuidado doméstico ou de criação dos filhos como uma tarefa da sociedade; criar ampla rede de creches, lavanderias coletivas e restaurantes populares.
- Garantia de aborto legal e seguro na ótica da saúde pública, primando pela vida das mulheres.
- Enfrentar a LGBTfobia: criação de programas de estímulo à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho; formulação de políticas de saúde e seguridade social específica à parcela dessa população vítima de violências físicas, psicológica e sexual.

14. Fim de qualquer discriminação religiosa, de raça ou sexo; plena garantia à liberdade religiosa;

15. Defesa e proteção do meio ambiente e da natureza;

- Realizar programa de transição de matrizes energéticas e de extração de matérias primas que respeite a conservação da natureza e evite catástrofes ambientais.

16. Apoio do Estado de São Paulo à política de demarcação e posse imediata de todas as terras indígenas; garantia de escolas diferenciadas para os indígenas e incentivo e apoio às línguas indígenas; defesa da cultura e dos direitos dos povos originários;

- Controle das atividades extrativistas que agredem e ameaçam a vida das populações originárias.
- Aumento da fiscalização de atividades com qualquer grau de impacto ambiental.

17. Garantia de saúde pública e gratuita para todos; fim da exploração dos planos de saúde privados;

- Investimento e defesa do serviço de saúde pública e universal, notadamente do SUS que deve ser fortalecido e melhorado. Maior controle social por Conselhos Populares das "Agências e agentes" de controle e regulação da saúde.
- Apoio à política de controle contra aumentos abusivos do setor privado de saúde em especial dos Planos Privados que não devem fixar aumentos maiores do que os reajustes atribuídos ao salário-mínimo nacional.

18. Defesa e incentivo à cultura nacional e popular; criação de companhias gravadoras de música e produtoras de filmes estaduais;

- Favorecer os setores culturais e de entretenimento: políticas específicas para a geração de renda em cadeias produtivas que envolvam bens e serviços culturais, desde festas populares típicas até o setor de audiovisual, fomentando a criação de conteúdo.
- Democratização dos meios de comunicação e dos aparelhos públicos culturais (teatros, museus, galerias e centros de convenções e eventos); implementação de uma indústria cinematográfica estadual e criação de provedores de conteúdo de domínio público e infraestrutura aberta, além de apoio a alternativas de redes sociais sob controle popular.

19. Jornada de trabalho: redução para seis horas para todos os servidores estaduais e aumento geral dos salários;

- Redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, elevação geral dos pisos salariais e garantia de emprego para toda a população.
- Política de elevação do salário dos servidores estaduais acima da inflação.
- Proposição de regime alternativo de (6 horas diárias), de modo a criar a possibilidade de dois turnos de trabalho nos dias úteis, aumentando a oferta de postos de trabalho, sem redução de salários.

20. Estabelecimento de lei garantindo o descanso em dias festivos, domingos e feriados para os trabalhadores, excetuando os setores essenciais;

21. Garantia de moradia digna, saneamento e coleta de lixo para todas as famílias paulistas; destinar os imóveis abandonados para resolver o déficit habitacional; realização de uma profunda reforma urbana;

- Garantia da função social das propriedades urbanas, através de alíquotas progressivas, fiscalização e vistorias, combatendo a especulação, para toda a população ter moradia, acesso fácil ao trabalho e ao lazer, e viver com dignidade.

22. Julgamento, prisão e confisco dos bens de todos os corruptos;

- Combater a corrupção e os privilégios: confisco de bens e cassação de direitos políticos de corruptos e corruptores após condenação; redução de salários, e vencimentos e benefícios desnecessários de chefes de executivo estadual, judiciário e parlamentares, e criação de mecanismos de uso obrigatório de serviços públicos para familiares e por aqueles que ocupam posição de comando nos poderes da república.

23. Pelo fim da polícia militar; fim de qualquer repressão aos movimentos sociais;

- Reorganização da Política Estadual de Segurança Pública com participação popular e desmilitarização das polícias: combater a lógica racista de inimigo interno e resgatar o policiamento comunitário, trazendo a população para perto da organização do estado. Aumentar a eficiência do aparato de inteligência para o combate ao crime organizado.

24. Punição exemplar para os torturadores e assassinos de ontem e de hoje; todo apoio à luta pela Memória, Verdade e Justiça.

- Cadeia para torturadores e assassinos, inclusive dos órgãos de repressão estaduais e metropolitanos: para combater a impunidade e abuso de poder. Instituir uma Comissão da Verdade Estadual, de forma a garantir a punição para torturadores que estão nas polícias, inclusive os do período do Regime Militar, e assim, alcançar justiça e reparação às vítimas e ao país.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA CATEGORIAS E SETORES SOCIAIS:

Nacionais e Estaduais:

- 1) Reajuste real dos salários acima da inflação.
- 2) Política de valorização do salário-mínimo, visando atender as necessidades básicas da classe trabalhadora.
- 3) Redução da carga horária de 44 horas para 30 horas semanais, sem redução dos salários.
- 4) Fim da política de terceirização e quarteirização.
- 5) Suspensão do pagamento da dívida pública, fim do “teto de gastos” e valorização dos servidores públicos.
- 6) Não à reforma administrativa e revogação das reformas trabalhistas e previdenciária.
- 7) Salário igual para trabalho igual! Basta de discriminação salarial para mulheres e negros.
- 8) Reversão da política de privatização e estatização dos setores estratégicos da economia.
- 9) Reforma tributária com imposto progressivo.
- 10) Garantia de livre organização sindical.

TRABALHADORES:

1 - Mais investimento na educação, abertura de novos concursos públicos para a rede estadual e unificação dos professores em uma única categoria com mesmos direitos. Fim das categorias O!

2 - Combate às OS's (Organizações sociais) na saúde assim como às terceirizações e quarteirizações através de concurso público. Recuperação e reestruturação dos Hospitais e demais equipamentos de saúde estaduais. Que os profissionais da saúde tenham carga horária e salários adequados.

3 - Reversão das privatizações de linhas do Metrô-SP e CPTM e da política de mercantilização do transporte. Combate às terceirizações, abertura de concursos públicos e garantia da qualidade com investimentos. Transporte é vital e um direito social. Não aos interesses dos consórcios capitalistas!

4 - Aumento real do salário-mínimo estadual buscando se aproximar ao máximo durante a gestão do valor estipulado pelo DIEESE de R\$ 6.394,76 (Valor de maio de 2022).

5 - Preservação rigorosa da água e meio-ambiente. Por uma SABESP 100% pública e que seus lucros sejam reinvestidos em benefício popular e da natureza. Não a remessa de lucros para acionistas e especuladores. Por concurso público que reponha a mão de obra deficitária na SABESP, CETESB e Fundação Florestal e por valorização salarial.

6 - Reorganização da produção industrial no estado de forma planejada seguindo os interesses do povo, gerando emprego e renda. Todo apoio às lutas nas fábricas ocupadas e com produção coletiva.

7 - Todo apoio à Reforma Agrária com imediato combate ao latifúndio. Terra para quem produz! Prioridade à produção de alimentos com redução dos preços. Redução progressiva do uso de agrotóxicos e incentivo à de alimentos saudáveis.

PROFESSORES:

1. Abertura imediata de edital de Concurso Público para inserção de 100 mil professores em regime de estabilidade na rede pública estadual e ampliação do número de licenciandos por disciplina.

2. Reajuste do Piso Salarial: reajuste conforme estabelecido pela lei 11738/2008 e elevação do hora-aula para R\$20,00 para professores das classes iniciais.

3. Revogação do Novo Plano de Carreira do Estado de São Paulo (LC 1374/2022) com garantia do plano de evolução funcional acadêmica e não acadêmica, quinquênios e sexta-parte calculados sobre os vencimentos integrais do servidor público.

4. Revogação da Lei Complementar 1361/2021 que estabelece a bonificação por resultados, fim das faltas abonadas e alterações nos pagamentos de licenças-prêmio.

5. Revogação do Novo Ensino Médio (Lei 13415/2017). Garantia das disciplinas das áreas Ciências da Humanidade e Ciências da Natureza como obrigatórias no currículo de formação.

6. Reconstrução do Programa de Educação Integral. Abertura de salas de aula tanto para a Educação Integral, quanto para o Ensino Noturno e/ou Educação de Jovens e Adultos na mesma unidade de ensino, garantindo acesso a formação sociocultural e esportiva para a integralidade concreta do ensino.

7. Efetivação da gestão democrática com eleições de representantes e diretores de escola. Garantia de participação dos professores em todos os âmbitos da gestão escolar.

8. Restrição do número de alunos ativos matriculados nas salas de aula para 25 alunos e ampliação do número de escolas na rede.

MULHERES:

1- Criação de Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres do Estado de São Paulo visto que as mulheres são as mais impactadas com o desemprego, a falta de moradia, a fome e as violências que se vive atualmente no Estado, necessitando de ações voltadas diretamente para a realidade das mesmas. A Secretaria terá o objetivo de planejamento, coordenação, monitoramento e execução das políticas públicas específicas para as mulheres;

2- Ampliação da política de enfrentamento à violência doméstica com criação de novos e adequação dos já existentes Centros de Referência e de Defesa e Convivência para Mulheres, Casas de Passagem e Casas Abrigo, a fim de garantir o atendimento multidisciplinar de mulheres (cis, mulheres trans e travestis) principalmente, mas não exclusivamente, em situação de violência doméstica e/ou de gênero, sem restrições territoriais. Com equipe técnica especializada para atendimentos psicológicos, sociais e orientações jurídicas. Promoção de espaços coletivos e de convivência, com reflexões temáticas, espaços terapêuticos, educação em direitos e oficinas socioeducativas e geração de renda com profissionais capacitadas. Objetivo: Oferecer apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, permitindo com que elas tenham tratamento psicológico, educacional e laboral, caso seja necessário democratizando os espaços de proteção às vítimas de violência;

3 - Integração do trabalho de movimentos sociais no enfrentamento à violência contra mulher através da construção de redes de atendimento que abranjam os serviços públicos já existentes e iniciativas populares. O objetivo é garantir que o atendimento às mulheres e o enfrentamento à violência seja territorializado, permitindo a democratização dos espaços de proteção e do tratamento psicológico, educacional e laboral, caso seja necessário.

4- Obrigatoriedade de Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) funcionarem 24 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

5-Ampliação da cobertura dos Institutos Médicos Legais (IMLs) no estado de São Paulo, com horário estendido de funcionamento.

6- Geração de políticas públicas de emprego e renda específico para as mulheres. Com o objetivo de enfrentar a pobreza, uma vez que as mulheres

são as mais atingidas, sobretudo as mulheres negras. Promovendo também a autonomia financeira das mesmas.

7 - Promover a fiscalização efetiva das empresas quanto ao pagamento justo de salários. Aplicação de sanções para empresas que descumprirem o artigo V da CF88 que prevê a igualdade entre homens e mulheres. Objetivo: combater a desigualdade salarial de homens e mulheres.

8 - Construção de lavanderias coletivas e restaurantes populares. Objetivo: combater a desigualdade social e de gênero existente em torno da distribuição do trabalho doméstico, retirando das mulheres responsabilidade individual sobre o trabalho doméstico de cozinhar e lavar e compartilhando a responsabilidade com a sociedade.

9 - Criação de política pública integrada com as secretarias de saúde, mulheres, educação e assistência social, que implemente educação sexual nas escolas e nos bairros, através Centros Especializados de Assistência Social. Garantia de distribuição e implementação de métodos contraceptivos seguros no estado de São Paulo para todas as mulheres em idade fértil. Objetivo: promover educação sexual e os meios para que as mulheres tenham condições de decidir conscientemente sobre seus direitos reprodutivos e a prevenção da gravidez.

10 - Garantir o direito ao abortamento legal para as mulheres. Ampliação dos locais em que é realizado o procedimento. Objetivo: impedir que a morte de meninas e mulheres pela impossibilidade em interromper uma gravidez indesejada. Garantir o direito ao abortamento legal no estado de São Paulo para as mulheres que o necessitem.

11 - Combater todas as formas de violência de gênero e garantir investimentos, realizando ações socioeducativas, capacitação continuada sobre gênero e etnia para a prevenção das violências domésticas de gênero, visando o público escolar de todas as faixas etárias, profissionais do serviço público e a comunidade em geral. Para isso, garantir a aplicação da lei Maria da Penha (11.340/2006), que no artigo 8º prevê a promoção de estudos, pesquisas, levantamentos de dados estatísticos referentes à violência doméstica de gênero, possibilitando um diagnóstico/mapa das violências no município. Objetivo: conscientizar a população sobre a violência de gênero e criar condições para combatê-las;

12 - Garantir investimentos nas políticas assistenciais para que a mulher que sofre violência seja atendida de maneira integral, priorizando a moradia,

alimentação e sustento dos seus filhos. Objetivo: dar condições para independência financeira das mulheres em relação aos agressores;

13- Garantia de creches e escolas de educação infantil de turno integral e um serviço específico para cuidado das crianças (de 6 meses a 12 anos) para os horários noturnos. Objetivo: garantir que mães que trabalham ou estudam à noite tenham onde deixar seus filhos em segurança;

14 - Criação e/ou ampliação de maternidades e centros de parto humanizado. Criar condições para que as mulheres tenham acesso à informação e a métodos seguros e eficientes de planejamento familiar de sua escolha. Objetivo: garantir assistência para mulheres durante a gravidez, parto e pós parto e promover o planejamento familiar e a prevenção às DSTs;

15- Garantir a manutenção dos serviços de roçagem, jardinagem, poda, iluminação das vias públicas. Objetivo: Garantir não só a valorização da cidade, mas uma cidade mais segura para as mulheres que nela habitam.

16 - Promover plenárias populares com as mulheres dos diversos grupos/territórios do estado de São Paulo, garantindo que possam opinar e participar ativamente da construção das políticas públicas do estado, e para que seja possível assegurar as questões específicas das mulheres de cada realidade, como por exemplo, para mulheres quilombolas, indígenas, mulheres que moram em favelas e ocupações, mulheres imigrantes, mulheres com deficiência, etc. Objetivo: Considerando que a realidade das mulheres é diversa, as plenárias possibilitam que sejam ouvidas e que suas especificidades sejam atendidas.

REFORMA URBANA:

1. Notificação de imóveis abandonados, aplicação de IPTU progressivo, desapropriação-sanção e destinação dos mesmos para produção habitacional de interesse social, em especial para imóveis dos grandes centros da região metropolitana, onde o acesso ao emprego e aos equipamentos públicos é facilitado.

2. Investimento em produção habitacional para zerar o déficit habitacional da cidade, dando prioridade à desapropriação e reforma de imóveis nas regiões centrais, fazendo valer a função social da propriedade, e à urbanização de favelas e áreas precárias, diminuindo a necessidade de realocação das famílias e reduzindo custos e tempo para a entrega das moradias populares.

3. Revisão do contrato de concessão do sistema de distribuição de energia do Estado de São Paulo, estabelecendo teto para as tarifas e ampliando o acesso à tarifa social, combatendo as contas abusivas cobradas da população e, em especial, dos moradores das periferias. Trabalhar pela reestatização do sistema de distribuição de energia.

4. Revisão das tarifas de água e esgoto, reduzindo a política de repasse lucros dos acionistas privados da SABESP e, assim, reduzindo a tarifa abusiva da conta de água e investindo na ampliação do sistema de saneamento básico. Trabalhar pela estatização de 100% do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto e pela universalização ao acesso do mesmo.

5. Auditoria com participação popular dos contratos de concessão do transporte urbano no Estado (ônibus, metrô e trem), divulgando os custos reais do sistema de transporte e o lucro das empresas. Estatização de 100% do transporte, com redução das tarifas, passe livre e irrestrito para estudantes e desempregados.

6. Fortalecimento dos bancos de alimentos e criação de mercados populares nas periferias, com investimento no fortalecimento da agricultura familiar para controlar o preço dos alimentos básicos e abastecer as famílias em situação de insegurança alimentar.

JUVENTUDE:

1 - **Fim da violência policial contra a juventude:** quase metade das mortes violentas de crianças e jovens em São Paulo são decorrentes de ação policial e 77% dos jovens de até 14 anos mortos em operações policiais eram negros, esses dados escancaram o caráter ostensivo das polícias contra os jovens negros e pobres nas periferias. É preciso colocar fim a toda essa violência e punir os responsáveis. Portanto é necessário reestruturar a formação dos policiais, para que compreendam a sua função enquanto protetores da população a serviço da vida.

2 - **Arte, cultura e lazer para a juventude:** Os poucos equipamentos culturais e esportivos de São Paulo estão localizados nos grandes centros, impedindo a democratização desses espaços. É preciso construir mais centros culturais e teatros sob gestão pública, quadras esportivas e escolas de artes para a juventude; mais investimento para os editais de arte e cultura e democratização para que sejam voltados às iniciativas da periferia.

3 - **Criação de mais vagas de emprego para jovens:** em São Paulo, um terço da juventude está desempregada ou em empregos precários, sem direitos trabalhistas e segurança. Esses jovens têm direito de trabalhar dignamente e

defendemos que é papel do Estado reduzir o desemprego e por fim à superexploração dos aplicativos.

4 - Fortalecimento, ampliação das vagas e descentralização dos cursos profissionalizantes e técnicos: para que a juventude tenha perspectiva de trabalho e futuro.

5 - Educação pública, gratuita e de qualidade para todos: padronização das escolas do centro e das periferias; mais investimento em educação; fim da intervenção sobre os grêmios estudantis; eleições para direção das escolas; concurso público para contratar professores e corrigir o déficit; reversão do fechamento de turmas do período noturno; revisão do Novo Ensino Médio.

6 - Ampliar as vagas na USP, UNESP e Unicamp e promover a democratização das universidades.

7 - Passe Livre para os estudantes e fim do lucro no transporte público: a maioria das cidades de São Paulo não possuem Passe Livre para os estudantes, o que impede o livre acesso da juventude a cidade, a cultura e a educação; São Paulo deve promover essa justa política de transporte para os estudantes em todos os cantos do Estado.

MEIO AMBIENTE:

1 - Recriação da Secretaria de Meio Ambiente e dos órgãos de pesquisa e inovação para a desenvolvimento de uma política ambiental robusta para nosso estado;

2 - Ampliação das taxações financeiras, com mais investimentos estatais e multilaterais coordenados para a qualificação dos trabalhadores, para o desenvolvimento de novos processos de produção ambientalmente corretos;

3 - Criação de um fundo de proteção social, para o trabalho e para a vida decente em todas as áreas. Controle dos fundos públicos, na direção de um projeto democrático, popular e ambientalmente correto;

4 - Implantação de tecnologia limpa para conduzir São Paulo para um horizonte sustentável, mais humano e menos desigual;

5 - Fortalecer a Agricultura Familiar e as produções orgânicas. Ou seja, menos agrotóxico no prato e menos poluição em nossos rios e lençóis freáticos;

6 - Criar uma política de diálogo com entidades como o Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas), de forma a estimular o

diálogo popular para o enfrentamento ao cenário de destruição ambiental, em São Paulo, no Brasil e no mundo;

7 - Defender a criação de um Programa de Prevenção de Queimadas para as Unidades de Conservação;

8 - Barrar o desmonte das instituições do setor de meio ambiente, bem como as privatizações e a terceirização;

9 - Fortalecer a Sabesp, CETESB, Fundação Florestal e os Institutos Estaduais de Conservação;

10 - A realização urgente de concursos públicos e a valorização real dos trabalhadores e trabalhadoras dos setores da água, esgoto e meio ambiente;

11 - Fazer cumprir o que a Constituição Federal de 1988 define para a questão ambiental.

SANEAMENTO:

1 - Defesa de uma SABESP 100% pública;

2 - Acesso universal à água e ao saneamento de qualidade para o conjunto da população;

3 - Abertura de novos concursos públicos para a SABESP;

4 - Aumento de salário acima da inflação, valorização real do quadro de trabalhadores da empresa e melhoria das condições de trabalho e mais segurança;

5 - Aplicação de políticas públicas que garantam a proteção dos nossos mananciais e nascentes;

6 - Reforçar as políticas de despoluição dos rios com vistas a fortalecer uma política de desenvolvimento sustentável para São Paulo;

Programa LGBT para o Governo de São Paulo

1. Garantia de acesso a moradia digna, abertura de casas abrigo para pessoas expulsas por lgbtfobia, aluguel social para pessoas trans, travestis ou LGBTs em situação de prostituição;

2. Garantia de trabalho digno, campanhas contra lgbtfobia no ambiente de trabalho, incentivo para contratação de LGBTs, cota para pessoas trans e travestis em concursos públicos;

3. Garantia de acesso à todos níveis de educação, campanha de conscientização contra a violência nos espaços educacionais, formação e preparação da equipe docente sobre o assunto, cotas para pessoas trans e travestis nas universidades, inclusão de informação sobre o tema nos materiais didáticos e no programa pedagógico;

4. Garantia de acesso à saúde de qualidade, aumento do quadro de profissionais que atuam na saúde LGBT (endocrinologista, psicólogo, infectologia, etc.), aumento da disponibilidade de remédios para tratamento de ISTs/Aids e tratamento hormonal, formação dos profissionais para atendimento ao público LGBT, aumento das vagas para cirurgias do processo transexualizador, fortalecimento de rede de acompanhamento psicológico, proibição de procedimento cirúrgicos em pessoas intersexo sem consentimento;

5. Diminuição dos casos de violência contra a população LGBT, campanha de conscientização contra a violência, punição à quem comete crime de discriminação e violência contra LGBTs, abertura de casas de referência para LGBTs, formação dos órgãos de segurança sobre o tema.

ANEXO:

Anexo do Plano Estadual de Escola Integral

1) A Escola como espaço de educação integral.

A escola tem como função, também, o desenvolvimento de habilidades sociais da criança, momentos fora da sala de aula, como intervalos, recreios, almoços, etc. são também didáticos, no sentido de que neles a criança e o adolescente interagem, convivem com a diferença e desenvolvem autonomia.

No entanto, segundo pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 12% das 141 mil escolas públicas do Brasil não têm banheiro no prédio; 33% não têm internet; 31% não têm abastecimento de água potável; 58% não contam com coleta e tratamento de esgoto; 68% não têm bibliotecas; e 67% não possuem quadra.

Não é possível culpar os professores, muitos, inclusive, possuindo altos níveis de formação acadêmica, pela evasão escolar ou pelo nível não

satisfatório de aprendizagem, tampouco é insuficiente reformar os currículos, acrescentando ou retirando tempo de disciplinas ou construindo novas matérias a serem estudadas. É necessário construir uma boa escola, completa, que conte com espaço para convivência, esportes e leitura.

Com o objetivo de fortalecer, universalizar o saneamento básico, acesso a internet, esporte, etc. das escolas de ensino básico, propomos o **Programa de Fortalecimento Integral da Escola** que contaria com verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para reformar, de forma sistemática e planejada, as escolas de ensino básico brasileiras.

O termo Escola Integral tem dois sentidos principais, não necessariamente coincidentes. Existe a Escola em Tempo Integral, que mantém o aluno (a) no ambiente escolar durante todo o período comercial diurno e a Escola Integral, concepção de que a escola deve formar o estudante em todas as suas dimensões: Intelectual, cultural, social e física. A concepção que defendemos aqui é a segunda, tendo em vista que o aumento no tempo de estadia na escola não necessariamente implica em aumento do rendimento escolar.

O plano se daria em diferentes fases:

A- Estudo das Escolas de ensino fundamental e Médio com estruturas irregulares. O esforço seria feito de forma descentralizada, em parceria com o governo federal e os municípios. Sindicatos de professores locais, assim como movimentos representativos dos estudantes seriam chamados a participar do processo. Todo o processo de estudo deve ser realizado no primeiro ano de governo.

B- Do estudo resultará a criação de uma lista de prioridades, as escolas em situação mais calamitosas seriam atendidas mais rapidamente.

Grupo I: Escolas em gravíssima situação sanitária, sem acesso a água potável, coleta de lixo e sem banheiro.

Grupo II: Escolas em grave ou difícil situação sanitária, sem quadra, sem biblioteca, sem espaço de convivência e sem laboratórios.

Grupo III: Escolas em situação sanitária aceitável, mas com espaços inadequados para biblioteca, convivência, esporte e laboratórios.

Após o termino das obras do grupo I, seriam iniciadas de forma imediata as do grupo II e assim sucessivamente.

2) Soberania alimentar na Escola

Atualmente o Governo Federal repassa a Estados e municípios o valor de R\$ 00, 30 para merenda escolar nos ensinos fundamental e médio e R\$ 00, 53 no ensino infantil. É uma quantia ridícula. Em muitos bairros e cidades pobres a merenda escolar é, muitas vezes, a principal refeição que fará a criança ou adolescente no dia, principalmente em tempos de crise.

É essencial que com o apoio e subsídio do Governo de São Paulo, aumentemos esse valor e que melhoremos a qualidade nutricional da merenda escolar!

Entendemos também que o estudante não é uma pessoa isolada no mundo e, portanto, o bem-estar de sua família é também seu bem-estar. Reconhecemos o potencial imenso que tem a escola no sentido de fornecer alguma dignidade a famílias trabalhadoras pobres que sofreram e sofrem com os ataques nos últimos anos.

O Governo Federal, principalmente a partir de 2016, abdicou de melhorar estruturalmente a educação básica, abandonando por completo o Plano Nacional de Educação, que previa, em uma década (2014-2024), aumentar para 10% do PIB o valor investido em educação básica.

Queremos retomar o processo de valorização da escola pública.

Nesse sentido propomos:

A- Subsidiar mais R\$ 3,00 reais por aluno no valor repassado para merenda escolar pelo Governo Federal

B- Acelerar a adesão dos municípios a parcerias com a agricultura familiar local para o fornecimento de produtos para a alimentação escolar, tendo em vista que, pouquíssimas cidades paulistas aderiram ao programa de fortalecimento da agricultura familiar.

C- Estabelecimento do **Programa Estadual de Soberania Alimentar da família na Escola** que possibilitará, mensalmente, a entrega de cestas básicas alimentares a famílias que estejam passando por dificuldades financeiras. As cestas serão entregues na escola para a responsável do sexo feminino (masculino em caso de casal homoafetivo) e os produtos serão adquiridos da agricultura familiar local. As condições para que possa ser requerido o auxílio serão: o pai ou a mãe de um dos filhos plenamente matriculado na instituição, estar desempregado há pelo menos três meses. Cada família terá acesso a uma cesta mensalmente durante o período de desemprego.

D- Café da manhã na escola. Ao chegar, em vez de ir direto para a sala de aula, a criança ou adolescente irá ao refeitório, onde terá acesso a um café da manhã. Nenhuma criança merece estudar com fome.

3) Democracia na Escola

Nos últimos anos temos visto um enfraquecimento da democracia nas escolas. Cada vez mais comuns são os diretores indicados politicamente, sem passar pelo crivo da comunidade escolar, Organizações não Governamentais (ONGS), Think Tanks e Fundações empresariais vendendo apostilas e formações para professores da rede pública etc. Nesse processo os conselhos escolares, os projetos políticos pedagógicos e a liberdade de cátedra perdem força.

Um exemplo emblemático dos últimos anos é a Reforma do Ensino Médio e a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a primeira baixada via Medida Provisória, sem o devido debate com a categoria e suas organizações representativas. Ambas as medidas reduzem o ensino médio a lógica tecnicista, dedicando o ensino ao desenvolvimento de habilidades e competências, assim como reduziu grade curricular às disciplinas cobradas em provas externas, deixando as outras áreas, como humanidades e ciências da Natureza desorganizadas.

Nesse sentido propomos:

A- Incentivos fiscais para que o Estado de São Paulo e os Municípios fomentem eleições nas escolas para o cargo de diretor e para que Escolas formem grêmios estudantis.

B- Mudança da redação do artigo 7 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), onde se acrescentaram travas para Organizações filantrópicas criadas por empresários, dedicando o auxílio público apenas à ONG's e organizações populares e locais.

C- Proibição de cursos vendidos por organizações do Terceiro Setor para formação continuada de professores. Tais espaços deverão ser organizados anualmente, pelo governo do estado e pelos municípios, através de um colegiado com poder deliberativo formado por membros do poder público, Sindicatos da categoria e organizações representativas dos estudantes.

D - Reforma popular do ensino. O Ensino Médio piorou após a reforma realizada em 2017 e o ensino secundário em São Paulo sofreu com altas taxas de evasão e com a falta de apoio do governo federal, que através das Diretrizes Nacionais Curriculares (DNC's) e Parâmetros Nacionais Curriculares

(PNC's) piorou o ensino com uma didática que não contemplava, de forma crítica, a sociedade em que vivemos.